



Prev

SANTA CATARINA

Relatório Anual de Informações - RAI

2024



QUEM SOMOS

Primeiro plano de previdência da advocacia de todo o país, o OABPrev-SC nasceu como lasasc em 1995 sob a marca do arrojo e a partir de um projeto idealizado pelo advogado Jefferson Kravchychyn. Quase 10 anos depois, a Entidade foi novamente pioneira ao dar um novo grande passo à frente com a mudança para OABPrev-SC, constituindo-se então uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, criada para administrar planos de previdência, a partir de então utilizando a forte marca OAB. Em contrapartida, passou a ser submetido à intensa fiscalização do Banco Central e da Secretaria da Previdência Complementar, hoje PREVIC, o que é muito salutar para a instituição.

Criado com o principal propósito de oferecer aos advogados catarinenses e seus familiares um futuro tranquilo, seguro e programado, o OABPrev-SC é um plano completo, com benefícios de aposentadoria programada, por invalidez total e permanente, pensão por morte e, na fase do recebimento, oferece ao participante uma renda extra, que funciona como se fosse um 13.º salário. Além de fazer parte de um moderno, seguro e rentável plano de aposentadoria, o participante é a parte mais importante do sistema, pois é o proprietário de todos os recursos aportados. Por tudo isso, além de proteger o advogado dos riscos sociais de sobrevivência invalidez e morte, o OABPrev-SC é um instrumento de segurança financeira para seus dependentes. Enfim, a adesão ao plano de previdência dos advogados catarinenses é a chave de um novo momento na vida: o planejamento do futuro que garante a tranquilidade após tantos anos ativos na profissão.

INSTITUIDORES

Os fundos de pensão operados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar e juridicamente sem fins lucrativos no Brasil são criados a partir do vínculo entre empresas e trabalhadores ou entidades e associados. As entidades instituidoras do OABPrev-SC são a Ordem dos Advogados do Brasil Seção Santa Catarina, a Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina e o Sicoob Advocacia.

CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional do OABPrev-SC, tendo a responsabilidade de definir a política geral de administração estratégica da Entidade e os planos de benefícios de previdência complementar da Instituição, exercendo sua ação por meio de diretrizes e normas gerais de organização, funcionamento, administração e operação.

Titulares:

Denise da Silveira Peres de Aquino Costa
Eni Terezinha Aragão Duarte
Jefferson Mário Santana
Jorge Luiz dos Santos Mazera
Kliwer Schmitt
Marion Elisabete da Silva

Suplentes:

Danielle Masnik
José Carlos Francisco da Silva Jr.

CONSELHO FISCAL

Órgão de controle interno do OABPrev-SC. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da Entidade.

Titulares:

Eliane Emília Machado Pacheco
Isadora Mello Guimarães Barth
Júlio César de Souza
Kisley Domingos

Suplentes:

Handerson Rodrigues
Rafael Santos Adriano

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela administração do OABPrev-SC, atuando em conformidade com as diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo. Os Diretores Executivos foram indicados pelo Conselho Deliberativo, observados todos os requisitos profissionais exigidos pela Legislação de Previdência Complementar, e foram submetidos à prévia habilitação para exercício das funções junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Ministério da Economia.

Composição:

Márcio Sachet - Diretor Presidente
Yuri Carioni Engelke - Diretor Administrativo e Financeiro
Luís Fabiano de Araújo Giannini - Diretor de Seguridade

Site: www.oabprev-sc.org.br

Canais de Relacionamento com Participantes:

E-mail: contato@oabprev-sc.org.br

Telefone: (48) 3222-7440

Endereço: Avenida Hercílio Luz, 639 Sala 211 - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88020-000

Sumário

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA	5
GESTÃO DE PARTICIPANTES	6
INDICADORES DE GESTÃO	7
DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	8
Conforme Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021.....	8
Demonstrações Contábeis	10
Balanço Patrimonial Consolidado	10
Demonstrações Contábeis	11
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidado.....	11
Demonstrações Contábeis	12
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.....	12
Demonstrações Contábeis	13
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	13
Demonstrações Contábeis	14
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada.....	14
Demonstrações Contábeis	15
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios.....	15
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.....	16
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - 2024	33
APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	41
PARECER ATUARIAL.....	47
PARECER DO CONSELHO FISCAL	51
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	52
GLOSSÁRIO	53

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Prezada e prezado participante,

O ano de 2024 desafiou os mercados no Brasil e no mundo. A combinação de juros ainda elevados nas principais economias, tensões geopolíticas persistentes e incertezas fiscais internas impactaram a performance dos investimentos — e os fundos de previdência não passaram ilesos por esse cenário.

Ainda assim, temos bons motivos para comemorar: mesmo diante das adversidades, o OABPrev-SC entregou uma **excelente rentabilidade global**, superando diversos ativos mais arriscados e acompanhando de perto a média de planos com perfil semelhante no mercado. Mais uma vez, reforçamos nosso compromisso com uma gestão técnica, prudente e alinhada aos interesses dos participantes.

O ano de 2024 também marcou o **início de um novo ciclo de gestão**, com a implementação de importantes avanços na governança, controle e transparência, sempre com a vigilância atenta do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. A revisão do **Planejamento Estratégico para os próximos cinco anos** nos dá ainda mais clareza sobre o futuro que queremos construir: eficiente, rentável, próximo das pessoas e voltado ao crescimento.

Nossas cinco linhas-mestras são agora a bússola que guiará as decisões da Entidade até 2029: **1. Gestão Eficiente e Eficaz; 2. Otimização da Gestão do Ativo; 3. Maximização dos Resultados; 4. Fortalecimento da Relação com os Participantes; e 5. Aprendizado e Crescimento.**

Encerramos este ciclo com entusiasmo renovado. Afinal, **2025 marca os 20 anos do OABPrev-SC** — o primeiro fundo de pensão da advocacia no Brasil. São duas décadas construindo, com seriedade e inovação, um modelo de previdência que inspira outras entidades pelo país.

Essa data simbólica será celebrada com iniciativas que reforçam nosso compromisso com o futuro e com quem mais importa: a Advocacia Catarinense. Seguiremos investindo em projetos de humanização da experiência, colocando o participante, advogadas e advogados, no centro de tudo.

Obrigado pela confiança e parceria. Seguimos juntos, construindo o amanhã com segurança.

GESTÃO DE PARTICIPANTES

O Plano de benefícios OABPrev-SC em conformidade com a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019, apresenta o resumo de 2024 referente à quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos.

DESCRIÇÃO	VALORES
*Números de Participantes Ativos	9.034
*Participantes Aposentados	85
*Beneficiários de Pensão	48
*Instituidor	3
**Contribuições Recebidas	R\$ 31.255.479,21
**Portabilidades Recebidas	R\$ 792.638,99
**Pecúlios Recebidos	R\$ 696.974,45
**Pagamentos de Resgates	R\$ 16.775.755,70
**Pagamentos de Benefícios	R\$ 3.822.075,12
**Pagamentos de Portabilidades	R\$ 1.278.198,89

* Posição em 31/12/2024

** Período de 01/01/2024 a 31/12/2024

INDICADORES DE GESTÃO

DESCRIÇÃO	2024	2023
Taxa de Administração	0,35% ao ano	0,35% ao ano
Despesas Administrativas sobre o Total de Participantes	R\$ 285,29	R\$ 296,05
Despesas Administrativas sobre o Ativo Total	0,82%	0,92%
Despesa de Pessoal	R\$ 1.193.977,17	R\$ 1.242.139,72
Pró-labore Recebido	R\$ 1.653.640,87	R\$ 1.920.620,28
Taxa de Carregamento	0,00% ao ano	0,00% ao ano
Despesa Administrativa sobre os recursos garantidores dos planos de benefício de caráter previdenciário administrados.	0,83%	0,94%
Despesas Administrativas sobre as Receitas Administrativas	95,57%	91,36%
Evolução do Fundo Administrativo	Aumento de 6,93% fechando em R\$ 3.929.196,00	Aumento de 14% fechando em R\$ 3.674.640,55

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Conforme Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021

SEGREGAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	2024	2023	Variação %
PESSOAL E ENCARGOS	1.193.977,17	1.242.139,72	-4
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	64.681,94	40.067,10	61
VIAGENS E ESTADIAS	59.565,25	53.863,37	11
SERVIÇOS DE TERCEIROS	725.947,38	787.881,49	-8
Serviços Atuariais	23.022,30	20.417,30	13
Serviços Contábeis	5.648,00	5.398,00	5
Serviços Jurídicos	1.616,19	8.784,46	-82
Tecnologia da Informação	74.163,59	73.180,84	1
Auditoria Contábil	8.700,00	17.934,00	-51
Serviços e Consultorias de Investimentos	11.966,82	11.549,43	4
Serviços de manutenção e conservação	17.812,50	20.762,50	-14
Administração do Passivo	298.281,21	306.888,60	-3
Despesas bancárias	199.706,77	244.834,36	-18
Publicidade e propaganda	85.030,00	78.132,00	9
DESPESAS GERAIS	358.381,28	333.692,32	7
Associações de Classe	10.727,03	17.982,35	-40
Brindes	59.521,90	77.750,71	-23
Cartório	899,79	160,70	460
Aluguel e Condomínio	32.719,77	12.819,40	155
Correios e Encomendas	799,10	6.295,29	-87
Energia Elétrica	8.991,19	8.436,06	7
Material Gráfico/Impressos	2.005,00	32.697,19	-94
Internet	4.957,56	4.315,18	15
Lanches e Refeições	5.400,41	4.375,72	23
Material de Limpeza e Conservação	395,35	711,90	-44
Locomoção	5.020,58	1.907,57	163
Material de Consumo	15.357,81	5.309,75	189
Material de Expediente	2.591,02	1.357,23	91
Manutenção Geral/Consertos/Reparos	2.676,70	2.734,50	-2
Publicidade e Propaganda	1.007,00	5.942,80	-83
Telefonia	10.626,85	10.616,86	0
Seguros	5.056,40	5.091,02	-1
Tarifas Públicas	0,00	2.546,82	-100
Equipamentos de Pequeno Porte	1.828,61	1.133,28	61
Eventos e Projetos	63.344,11	43.734,37	45
Uniformes	6.828,18	3.765,86	81

Medicina Ocupacional	2.582,00	2.565,50	1
Material de Informática	45	444,01	-90
Certificadora	704	0,00	100
Criação e Desenvolvimento	6.430,23	6.457,00	0
Locação	17.839,81	6.355,43	181
Patrocínio	77.581,60	65.539,60	18
Outras Despesas Gerais	12.444,28	2.646,22	370
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	41.459,07	41.264,26	0
DEPRECIAÇÕES	41.459,07	41.264,26	0
Móveis e Utensílios	3.106,32	3.121,23	0
Máquinas e Equipamentos	2.990,64	2.990,64	0
Instalações	312,00	312,00	0
Equipamentos de Informática	6.645,76	6.437,83	3
Bens Imóveis	28.404,35	28.402,56	0
TRIBUTOS	171.220,69	176.529,54	-3
PIS	19.083,96	20.754,77	-8
COFINS	117.439,79	127.721,76	-8
TAFIC	28.000,00	24.000,00	17
Taxas e Tributos Municipais	6.696,94	2.717,63	146
Taxas e Tributos Federais	0,00	1.335,38	-100

Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial Consolidado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023		2024	2023
ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL Nota 4	442	924	EXIGÍVEL OPERACIONAL Nota 9	1.144	1.196
			Gestão previdencial	966	1.027
REALIZÁVEL	318.212	289.577	Gestão Administrativa	171	166
Gestão administrativa Nota 6	325	320	Investimentos	7	3
Investimentos Nota 7	317.887	289.257			
Fundos de investimento	317.887	289.257	PATRIMÔNIO SOCIAL	317.933	289.769
			Patrimônio de cobertura do plano	314.004	286.094
PERMANENTE Nota 8	423	464	Provisões matemáticas Nota 11	314.004	286.094
Imobilizado	422	464	Benefícios concedidos	26.427	23.944
Intangível	1	-	Benefícios a conceder	287.577	262.150
			FUNDOS Nota 13	3.929	3.675
			Fundos administrativos	3.929	3.675
TOTAL DO ATIVO	319.077	290.965	TOTAL DO PASSIVO	319.077	290.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	289.769	255.294	14%
1. ADIÇÕES	60.989	64.340	-5%
Contribuições previdenciais	31.255	29.690	5%
Portabilidade	793	703	13%
Indenização de riscos terceirizados	697	111	528%
Reversão de fundos administrativos	66	78	-15%
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	25.243	30.566	-17%
Receitas administrativas	2.736	2.928	-7%
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	199	265	-25%
2. DESTINAÇÕES	(32.825)	(29.866)	10%
Benefícios	(3.822)	(3.236)	18%
Resgates	(16.776)	(15.584)	8%
Portabilidade	(1.278)	(457)	180%
Repasse de prêmio de riscos terceirizados	(8.268)	(7.836)	6%
Despesas administrativas	(2.615)	(2.675)	-2%
Reversão de recursos para o Plano de Benefícios - Gestão administrativa	(66)	(78)	-15%
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	28.164	34.475	-18%
Provisões matemáticas/ fundos	27.910	34.035	-18%
Fundos administrativos	254	440	-42%
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	317.933	289.769	10%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023	VARIACÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	286.094	252.059	14%
1. ADIÇÕES	58.054	61.175	-5%
Contribuições	31.255	29.717	5%
Portabilidade	793	703	13%
Indenização de riscos terceirizados	697	111	528%
Reversão de fundos administrativos	66	78	-15%
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	25.243	30.566	-17%
2. DESTINAÇÕES	(30.144)	(27.140)	11%
Benefícios	(3.822)	(3.236)	18%
Resgates	(16.776)	(15.584)	8%
Portabilidade	(1.278)	(457)	180%
Repasse de prêmio de riscos terceirizados	(8.268)	(7.836)	6%
Custeio administrativo	0	(27)	-100%
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	27.910	34.035	-18%
Provisões matemáticas/fundos	27.910	34.035	-18%
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	314.004	286.094	10%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	3.929	3.675	7%
Fundos administrativos	3.929	3.675	7%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	318.994	291.204	10%
Disponível	277	851	-67%
Recebível	3.941	3.752	5%
Investimento	314.776	286.601	10%
Fundos de investimento	314.776	286.601	10%
2. OBRIGAÇÕES	1.061	1.435	-26%
Operacional	1.061	1.435	-26%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	3.929	3.675	7%
Fundos administrativos	3.929	3.675	7%
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	314.004	286.094	10%
Provisões matemáticas	314.004	286.094	10%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.675	3.235	14%
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.936	3.193	-8%
1.1. RECEITAS	2.935	3.193	-8%
Custeio administrativo previdencial	0	27	-100%
Custeio administrativo dos investimentos	1.054	935	13%
Receitas diretas	1.653	1.966	-16%
Outras	29	0	-
Resultado positivo líquido dos investimentos	199	265	-25%
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.681)	(2.675)	0%
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(2.615)	(2.675)	-2%
Pessoal e encargos	(1.194)	(1.242)	-4%
Treinamentos/Congressos e seminários	(65)	(40)	63%
Viagens e estadias	(59)	(54)	9%
Serviços de terceiros	(726)	(787)	-8%
Despesas gerais	(358)	(334)	7%
Depreciações e amortizações	(42)	(41)	2%
Tributos	(171)	(177)	-3%
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	(66)	(78)	-15%
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2)	254	440	-42%
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	254	440	-42%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5)	3.929	3.675	7%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+4)	315.065	287.529	10%
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	314.004	286.094	10%
1.1. Benefícios concedidos	26.427	23.944	10%
Contribuição definida	26.427	23.944	10%
1.2. Benefícios a conceder	287.577	262.150	10%
Contribuição definida	287.577	262.150	10%
Saldo de contas - Parcela constituída pelos participantes	282.097	257.325	10%
Saldo de contas - Parcela participantes portadas EFPC	2.884	2.398	20%
Saldo de contas - Parcela participantes portadas EAPC	2.596	2.427	7%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.061	1.435	-26%
4.1. Gestão previdencial	1.061	1.435	-26%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

ELABORADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
COMPARATIVAS COM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina - OABPREV-SC é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, CNPB n.º 20.040.029-56.

Autorizado a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, através da portaria n.º 125 de 08 de outubro de 2004, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, com a finalidade principal de administrar o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado de Santa Catarina – PBPA. São instituidores do PBPA, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina – OAB/SC e a Caixa de Assistência dos Advogados do Estado de Santa Catarina – CAASC e em dezembro de 2017 foi aprovado o convênio de adesão para ser Instituidor a Cooperativa de Crédito Mútuo dos advogados de Santa Catarina – Sicoob Advocacia.

O OABPREV-SC tem sede e foro na Avenida Hercílio Luz, 639 - sala 211 – Centro, Florianópolis – SC, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O OABPREV-SC tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus dependentes, nos termos do regulamento do seu plano de benefício e custeios.

O plano estabelece a concessão dos seguintes benefícios: (a) aposentadoria programada; (b) aposentadoria por invalidez total e permanente; e (c) pensão por morte do participante ativo ou assistido.

A concessão dos Institutos está restrita aos participantes.

O participante custeia de forma facultativa contribuição destinada a cobrir a parcela adicional de risco, contratada pelo OABPREV-SC com a Mongeral Aegon Seguros e Previdência, para cobertura de morte e invalidez total e permanente do participante. A cobrança dessa contribuição é feita pela Entidade e repassada à Seguradora, detentora do risco.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 O OABPREV-SC possuía as seguintes quantidades de participantes e assistidos e média de idade:

DESCRIÇÃO	2024	IDADE MÉDIA 2024	2023	IDADE MÉDIA 2023
Ativos	9.034	37,75	8.861	36,81
Assistidos - Aposentados	85	66,29	75	66,44
Assistidos - Pensionistas	48	45,33	39	43,10
Total	9.103		8.975	

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução Previc 23 de 14 de agosto 2023, Resolução CNPC nº. 43, de 06 de agosto de 2021, Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG 2001- Entidades Fechadas de Previdência Complementar e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas às gestões previdenciais e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas a sua operação.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões e Planos distintos (Previdencial e Administrativo) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum aos Planos Previdencial e Administrativo, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Esses segmentos operacionais estão presentes nas demonstrações contábeis do Plano de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa - PGA e suas funções são as seguintes:

- **Gestão Previdencial:** Registra as atividades de cunho Previdencial do plano de benefícios administrado, destinadas a constituição de provisões matemáticas e de fundos, resgates e portabilidade;
- **Gestão Administrativa:** Funciona como uma entidade prestadora de serviços administrativos, tendo como usuário o Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Fundação. É responsável pela administração plena da entidade, possuindo ativos, passivos e resultados totalmente segregados do Plano Previdencial;
- **Fluxo dos Investimentos:** Destinado ao reconhecimento das rendas/variações positivas e deduções/variações negativas das aplicações financeiras dos recursos do Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela entidade e do PGA.

Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis em conformidade com as normas contábeis que regem o sistema fechado de previdência complementar: Balancetes do Plano de Benefícios Previdenciais, Balancete do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis e Balancete Consolidado.

O Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme disposto na Resolução Previc 23 de 14 de agosto 2023, tem como objetivo controlar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa de forma segregada do plano previdencial, em conformidade com o regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação. O PGA foi constituído, inicialmente, com o patrimônio do fundo administrativo existente no balancete do Plano de Benefícios Previdenciais em 31 de dezembro de 2009, representados pelo ativo permanente, pelo montante dos recursos aplicados em fundos de investimentos em renda fixa e os realizáveis da Gestão Administrativa. Tais recursos compreendem reservas administrativas (Fundo Administrativo) cuja utilização está prevista no regulamento do Plano de Gestão Administrativa.

A legislação contábil aplicável às EFPCs prevê a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis:

- I - Balanço Patrimonial Consolidado;
- II - Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS;
- III - Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL;
- IV - Demonstração do Ativo Líquido - DAL;
- V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA;
- VI - Demonstração das Provisões Técnicas – DPT.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão resumidas a seguir:

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As contribuições (adições) previdenciais são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios, e fundamento contábil contido na Resolução CNPC 23/2023.

b) Provisões Matemáticas

São apuradas com base nos saldos de contas individuais vertidos através de contribuições aportadas pelos participantes e sinistros pagos pela seguradora, atualizados pela rentabilidade dos investimentos, representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição individual do plano previdencial e plano de gestão administrativa e consolidada da entidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Administração do OABPREV-SC considera que os valores contabilizados são adequados. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem i) estimativa de fluxos de caixa futuros para classificação de investimentos como “Mantidos até o vencimento”, ii) não realização de provisão para perda de Investimentos, iii) valores a pagar à Seguradora pelo benefício adicional de risco, iv) as provisões matemáticas, e v) as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados.

d) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução Previc 23 de 14 de agosto e 2023, os registros das operações administrativas são efetuados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio apartado do plano de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Adm Previdencial e Investimentos) e reciprocidades repassadas pela seguradora responsável pela comercialização dos planos previdenciais, deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas previdenciais e de investimentos do PGA são debitadas no Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo, e está em conformidade com a Resolução Previc 23 de 14 de agosto 2023.

e) Realizável

- **Gestão Previdencial**

O realizável previdencial está representado por valores a receber previdenciais, conforme detalhado na nota explicativa nº 05.

- **Gestão Administrativa**

O realizável da gestão administrativa é representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- **Fluxo dos Investimentos**

Os recursos garantidores do OABPrev-SC estão aplicados em Fundos de Investimentos. As quotas de fundos de investimento estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Financeiras, com base no valor da quota do patrimônio, demonstradas pelo valor da cota patrimonial do fundo divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Fundação em 31 de dezembro de cada ano.

f) Imobilizado

Os itens que compõem o Imobilizado são depreciados pelo método linear de acordo com a vida útil do bem, estimada na data da aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

DESCRIÇÃO	Alíquota
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10 %
Computadores e Periféricos	20 %
Imóveis	4 %

g) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes dos direitos aos benefícios pelos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais e tributárias.

h) Critério para constituição e reversão das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios Previdenciais foram calculadas de acordo com a base de dados cadastrais de Participantes e Assistidos, na data base de Avaliação, considerando também as hipóteses biométricas e demográficas (mortalidade/sobrevivência), bem como as premissas econômicas e financeiras. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder estão registradas em conformidade com os relatórios atuariais.

i) Critério para constituição e reversão do Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo destina-se à cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios Previdenciais, em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da entidade. É constituído pela sobra e revertido pela insuficiência de recursos administrativos.

4. DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes no fundo fixo de caixa e nas contas correntes bancárias, reconhecidas por seus valores em moeda nacional. O OABPREV-SC possui os seguintes saldos no Fundo Fixo de Caixa e em Contas Correntes no dia 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	R\$ mil	
IMEDIATO	2024	2023
Caixa	1	0
Bancos Conta Movimento	441	924
Banco do Brasil	2	5
Caixa Econômica Federal	1	0
OABCREC - SICOOB	434	919
Santander	4	0
Total	442	924

5. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, e 2023, discriminados a seguir.

	R\$ mil	
REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2024	2023
Responsabilidade de Terceiros	325	320
Integralização de Cotas	158	158
Pró-Labore Mongeral Aegon	167	162
Total	325	320

6. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos da Entidade possui gestão segregada entre o Plano de Benefícios Previdencial e o Plano de Gestão Administrativa. Os recursos encontram-se aplicados em Fundos de Investimentos custodiados em instituições financeiras, na central de custódia e liquidação de títulos privados - CETIP, no sistema especial de liquidação e custódia - SELIC e na companhia brasileira de liquidação e custódia – CBLC, os títulos são registrados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CMN 4.994 de 24/03/2022.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a alocação dos investimentos em garantia das reservas técnicas estão apresentados a seguir:

	R\$ mil	
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	2024	2023
Renda Fixa	530	388
Brad RF DI Fed Extra	530	388
Multimercado	317.341	288.866
Mongeral Aegon OABPrev SC FIM	149.622	135.728
Somma OABPrev SC FI Multimercado	109.325	97.583
Vinci OABPREV SC FIM Cred Privado	58.394	55.555
Outros Fundos de Investimentos		
Relacionados com disponível investimento	16	3
Total	317.887	289.257

Os recursos previdenciais investidos pelo OABPrev-SC obtiveram a seguinte rentabilidade mensal durante o exercício social de 2024.

ANO 2024 - Base Mensal	Rentabilidade	Índice Referência INPC+4,24%	% Índice Referência
Janeiro	0,73%	0,94%	77,66%
Fevereiro	1,00%	1,13%	88,50%
Março	0,83%	0,52%	159,62%
Abril	-0,01%	0,73%	-1,37%
Maio	0,59%	0,81%	72,84%
Junho	0,71%	0,58%	122,41%
Julho	1,06%	0,64%	165,63%
Agosto	0,98%	0,22%	445,45%
Setembro	0,61%	0,83%	73,49%
Outubro	0,70%	0,99%	70,71%
Novembro	0,61%	0,64%	95,31%
Dezembro	0,61%	0,83%	73,49%
Total 2024	8,74%	9,23%	94,69%

7. PERMANENTE

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e instalações, 20% para equipamentos de informática, e 4% para bens imóveis cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do Plano de Gestão Administrativa, em consonância com a Resolução Previc 23 de 14 de agosto 2023.

	R\$ mil	
	2024	2023
Imobilizado e Intangível	423	464
Imobilizado	422	464
Operacional Corpóreo	422	464
Bens Móveis	28	42
Móveis e Utensílios	9	13
Custo	126	126
(-) Depreciação	(117)	(113)
Equipamentos de informática	20	17
Custo	128	128
(-) Depreciação	(117)	(111)
Instalações	0	1
Custo	8	8
(-) Depreciação	(7)	(7)
Máquinas e Equipamentos	8	11
Custo	51	51
(-) Depreciação	(43)	(40)
Bens Imóveis	394	422
Sala Comercial 01	203	219
Custo	392	392
(-) Amortização	(189)	(173)
Sala Comercial 02	109	117
Custo	212	212
(-) Amortização	(103)	(95)
Benfeitorias	82	86
Custo	106	106
(-) Amortização	(24)	(20)
Intangível	1	-
Software	1	-
Custo	1	-
(-) Amortização	-	-

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

Corresponde aos valores a pagar assumidos pelo plano de benefícios com terceiros, mediante contrato de repasse das contribuições de risco e retenção de IR sobre resgates e benefícios mensais, com vencimento em janeiro de 2025. Os saldos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentados a seguir.

	R\$ mil	
EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL	2024	2023
IRRF s/ Benefícios Renda Continuada	37	23
IRRF s/ Benefícios Pagamento Único	223	313
Adiantamento de Contribuições	1	1
Valores a repassar Risco Terceirizado	701	682
Outras Exigibilidades	4	8
Total	966	1.027

b) Gestão Administrativa

Correspondem aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, tributos a recolher que vencem em janeiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam os seguintes valores:

	R\$ mil	
EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2024	2023
Salários e encargos	157	151
Fornecedores	1	1
Retenções a recolher	1	2
Tributos a recolher	12	12
Total	171	166

c) Investimento

Correspondem aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Investimentos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam os seguintes valores:

	R\$ mil	
EXIGÍVEL OPERACIONAL INVESTIMENTOS	2024	2023
Contas a pagar	7	3
Fundo investimento multimercado	7	3
Total	7	3

10. PATRIMÔNIO SOCIAL – PROVISÕES MATEMÁTICAS

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios Previdenciários OABPrev-SC.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria Entidade. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, evidenciados no quadro Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e emite o seu parecer de acordo com nota técnica atuarial. Foram utilizados pelo atuário os seguintes indicadores na avaliação Atuarial de 2023 do plano previdencial administrado pelo OABPrev-SC.

- a) Indexador Econômico: Cota Patrimonial
- b) Taxa anual de juro atuarial: 4,24% a.a.
- c) Crescimento real médio dos salários: não aplicável
- d) Crescimento real médio dos benefícios do Plano: não aplicável
- e) Inflação anual futura estimada: não aplicável

Fator de Capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste.

- a) Capacidade Salarial: não aplicável
- b) Capacidade do Benefício: não aplicável

Hipóteses Biométricas e Demográficas Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- a) Mortalidade Geral: BR-EMsSB-2015 f
- b) Entrada em Invalidez: não aplicável
- c) Mortalidade de Inválidos: BR-EMsSB-2015 f

Demográfica (Ativos)

- a) Rotatividade: não aplicável
- b) Geração Futura: não aplicável

Outras Hipóteses

- a) Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar
- b) Composição familiar: considera-se a estrutura familiar informada

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), cabe ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do Plano de Benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial, ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual. A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade auferida pelos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios, por compor o índice de referência atuarial em conjunto ao indexador de inflação.

O detalhamento das rubricas contábeis que compõem os saldos das Provisões Matemáticas de Benefícios

Concedidos e Benefícios a Conceder em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentados na Demonstração das Provisões Técnicas - DPT.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada concedidos a seus assistidos, participantes e beneficiários em gozo de tais benefícios.

Benefícios a conceder representa a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

11. PATRIMÔNIO SOCIAL – FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pelas receitas administrativas (Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas da administração previdencial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresenta o seguinte saldo:

	R\$ mil	
	2024	2023
Fundo Administrativo	3.929	3.675
Cobertura do Ativo Permanente	423	464
Sobrecarga Administrativa	2.171	1.876
Fundo Especial de Contingências	1.335	1.335

Por determinação da Diretoria Executiva, os fundos administrativos foram segregados entre: Cobertura do Ativo Permanente, resultado da posição no mês, do Ativo Permanente; Fundo Especial de Contingências, formado pela dotação especial quando da constituição da entidade, oriunda do IASASC, deduzido de despesas autorizadas pelo Conselho Deliberativo e Sobrecarga Administrativa, resultado da diferença entre receitas e despesas administrativas. Durante o exercício não houve utilização do Fundo especial.

12. MUTAÇÕES PATRIMONIAIS – GESTÃO PREVIDENCIAL

As mutações patrimoniais do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas dos fluxos dos investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, através da constituição ou reversão de Provisões Matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

I. Adições

Representam todos os recursos que contribuíram para o aumento do ativo líquido do plano de benefícios durante o exercício.

Contribuições – representam as contribuições (adições) recebidas na gestão previdencial: Fluxo dos Investimentos – representa o resultado positivo dos investimentos.

II. Deduções

Representam todos os recursos que contribuíram para a diminuição do ativo líquido do plano de benefícios durante o exercício.

Benefícios de Prestação Continuada, Resgates, Portabilidade, Pecúlio e outras Deduções – representam os recursos utilizados na cobertura dos benefícios da gestão previdencial:

Recursos Oriundos do PGA – representa valores transferidos do plano de gestão administrativa para o custeio do plano de benefícios dos empregados da Entidade:

Cobertura de despesas Administrativas – representa o valor transferido para o plano de gestão administrativa para a cobertura de despesas administrativas.

A composição da mutação patrimonial do plano previdencial está detalhada na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido de Plano.

13. RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O custeio das despesas administrativas da Entidade teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre algumas contribuições dos participantes, custeio administrativo de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, receitas indiretas e rendimento das aplicações dos recursos investidos através do Plano de Gestão Administrativa.

a) Taxa de carregamento

Representa a taxa incidente sobre as contribuições dos participantes e assistidos, conforme plano de custeio.

b) Custeio Administrativos dos Investimentos

Representa a receita da gestão advinda dos investimentos previdenciais para cobertura das despesas administrativas dos investimentos.

c) Receitas Diretas e Outras

Registra receitas da entidade decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco.

d) Resultado Positivo dos Investimentos

Representa o resultado positivo dos investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativa.

As despesas necessárias à administração da entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto para a administração previdencial.

a) Administração Previdencial

Representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial.

Os valores detalhados das receitas e despesas administrativas relacionadas a administração previdencial estão apresentados na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

14. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento à legislação contábil aplicável ao segmento fechado de previdência complementar as demonstrações contábeis devem ser apresentadas segregadas por Plano de Benefícios Previdenciais e Plano de Gestão Administrativa e também consolidadas. O OABPrev-SC ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, anulou através do balancete operações comuns a seguinte operação por apresentar reflexo de duplicidade no patrimônio consolidado da Entidade:

Conta Contábil	R\$ mil	
	2024	2023
1.02.01.99.01.02 Compensação entre planos – Plano	11	0
1.02.01.99.01.02 Compensação entre planos – Op.comuns	(11)	0
1.02.02.03.01 Participação no PGA – Plano	3.929	3.675
1.02.02.03.01 Participação no PGA - Op.comuns	(3.929)	(3.675)
1.02.02.06. Taxa de Administração - PGA	92	0
1.02.02.06.01 Taxa de Administração - Op.Comuns	(92)	0
2.01.02.99.02 Compensação entre planos – PGA	(11)	0
2.01.02.99.02 Compensação entre planos – Op.comuns	11	0
2.01.03.10.01 Taxa de Administração dos Empréstimos Plano	(92)	0
2.01.03.10.01.01 Taxa de Administração dos Empréstimos - Op.Comuns	92	0
2.03.02.02.02 Participação no Fundo administrativo - Plano	(3.929)	(3.675)
2.03.02.02.02 Participação no Fundo administrativo - Op.comuns	3.929	3.675

15. PIS E COFINS

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de aposentadorias, pensão, pecúlio e de resgate que compõem as provisões técnicas do plano previdencial).

16. ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos dos recursos garantidores dos Planos administrados pela Entidade foram efetivados, nos exercícios sociais de 2024 e 2023, em estrita observância à Resolução CMN 4.994 de 24/03/2022 e à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, com o apoio de Consultoria Financeira Externa.

• Gestão de Recursos

Em conformidade com o Art. 3º, § 2º da Resolução CGPC nº. 12/2002 o OABPrev-SC terceiriza a gestão da sua carteira própria, dos recursos garantidores das provisões matemáticas, mediante contratação da Somma Investimentos, inscrita no CNPJ sob nº 05.563.299/0001-06, CVM 721-0, Mongeral Aegon Investimentos Ltda, CNPJ sob nº 16.500.294/0001-50, CVM 12799 e Vinci Gestão de Patrimônio Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 13.421.810/0001-63, CVM 11.836, instituições especializadas na gestão de recursos de terceiros.

• Custódia

De acordo com a Resolução CMN nº. 4.994 de 24/03/2022, os serviços de custódia e tesouraria são prestados pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ 60.746.948/0001-12, CVM 12432, que atua como agente custodiante desde 12/04/2019. São responsáveis pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e renda variável, em contas próprias do OABPrev-SC.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

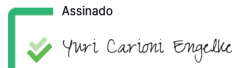
Não ocorreram até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.

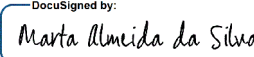
18. LEGISLAÇÃO

O Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC aprovou, em 11 de dezembro de 2024, a resolução **CNPC 61/24**, que altera a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.

O Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC aprovou, em 9 de dezembro de 2024, a resolução **CNPC 62/24**, que dispõe sobre o plano de gestão administrativa, os fundos administrativos, o orçamento, as fontes de custeio administrativo e as receitas e despesas da gestão administrativa das entidades fechadas de previdência complementar, e sobre os limites e critérios específicos aplicáveis ao custeio das entidades e planos de benefícios, que entra em vigor 24/03/2025.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2024.

marciosachetadv@gmail.com  Assinado D4Sign Márcio André Sachet Diretor Presidente CPF 015.773.329-70	diretoria.financeira@oabprev-sc.org.br  Assinado D4Sign Yuri Carioni Engelke Diretor Adm. e Financeiro CPF 053.461.109-50
---	---

DocuSigned by:

460A8D0B1BDC43B...
Marta Almeida da Silva
Contadora CRC-RJ 075023/O-
5
CPF: 722.624.607-44

Docusign Envelope ID: 4C57CD46-80D8-4E76-80CB-921C04C7248B



26 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
 Certificado de assinaturas gerado em 26 de March de 2025, 15:25:14



Demonstrações contábeis 2024-vf docx

Código do documento 2bf48df6-e9fb-4c40-ac6b-231025cac944



Assinaturas



Márcio André Sachet
 marciosachetadv@gmail.com
 Assinou



Yuri Carioni Engelke
 diretoria.financeira@oabprev-sc.org.br
 Assinou



Yuri Carioni Engelke

Eventos do documento

26 Mar 2025, 10:30:55

Documento 2bf48df6-e9fb-4c40-ac6b-231025cac944 **criado** por PATRICIA KUZAWA DOS SANTOS VIEIRA (752379ac-0112-4b72-8868-1ffd1ed479b2). Email: patricia@oabprev-sc.org.br. - DATE_ATOM: 2025-03-26T10:30:55-03:00

26 Mar 2025, 10:33:35

Assinaturas **iniciadas** por PATRICIA KUZAWA DOS SANTOS VIEIRA (752379ac-0112-4b72-8868-1ffd1ed479b2). Email: patricia@oabprev-sc.org.br. - DATE_ATOM: 2025-03-26T10:33:35-03:00

26 Mar 2025, 10:41:15

YURI CARIONI ENGELKE **Assinou** - Email: diretoria.financeira@oabprev-sc.org.br - IP: 191.54.24.21 (191-054-024-21.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 20162) - Documento de identificação informado: 053.461.109-50 - DATE_ATOM: 2025-03-26T10:41:15-03:00

26 Mar 2025, 14:13:16

MÁRCIO ANDRÉ SACHET **Assinou** (dde5e4b1-78df-470a-9473-eeec9c9ad8c2) - Email: marciosachetadv@gmail.com - IP: 138.97.138.78 (138-97-138-78.unifique.net porta: 25424) - **Geolocalização:** -27.13583945999999 -48.59947585999998 - Documento de identificação informado: 015.773.329-70 - DATE_ATOM: 2025-03-26T14:13:16-03:00

Hash do documento original

(SHA256):89351a38f06a03c38d6ed0503d6e0474c672d0b6f2e3324cf47834fad10c2f84
 (SHA512):d727592ff5b1ef16008f08e50f766064ee0e000f45d82d9bc4d4282e9c14aa526767c92752d53bd16089b2ff90e1dab39042339a81b4f26f722bd7e27a0e225e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Docusign Envelope ID: 4C57CD46-80D8-4E76-80CB-921C04C7248B



26 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 26 de March de 2025, 15:25:14



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores, Conselheiros e Participantes do

Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Santa Catarina - OABPrev-SC

Florianópolis

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Santa Catarina - OABPrev-SC (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Santa Catarina - OABPrev-SC e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre



detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 13 de março de 2025.

BEZ Auditores Independentes Ltda.

CRC PR 5.010/O-2

VALDEMIR

BEZ:6931525

6972

Valdemir Bez

Contador

CRC-PR 037262/O-2

Assinado de forma
digital por VALDEMIR
BEZ:69315256972
Dados: 2025.03.13
08:49:46 -03'00'

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - 2024

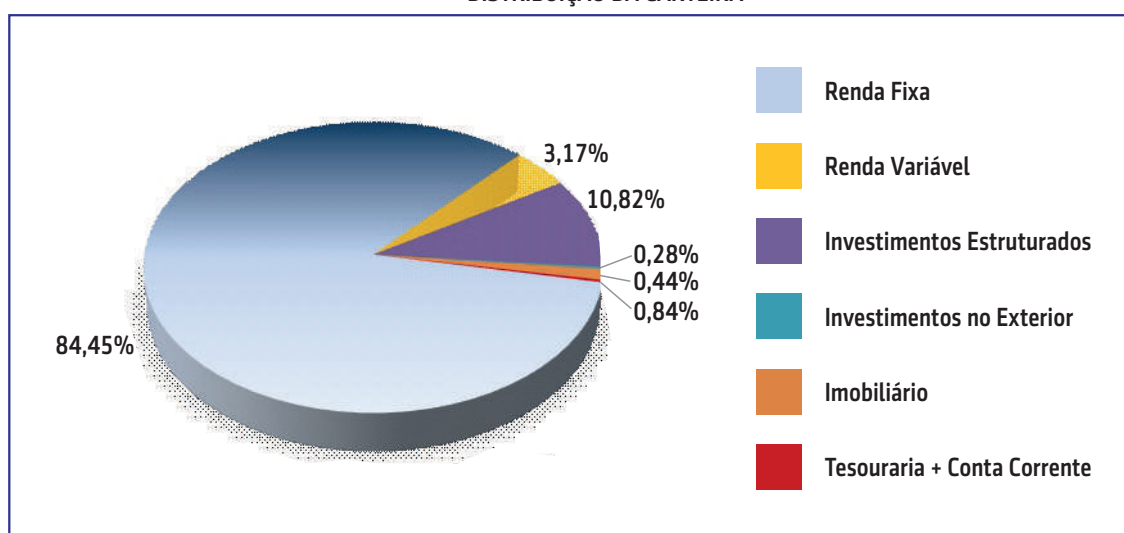
Conforme Resolução MPS/CNPC N°23, de 06 de dezembro de 2006, Art.º 3, o OABPrev-SC vem por meio deste relatório, disponibilizar aos participantes as informações referentes aos investimentos da Entidade durante o ano de 2024.

QUADRO 1 - Alocação de Recursos por Segmento de Aplicação

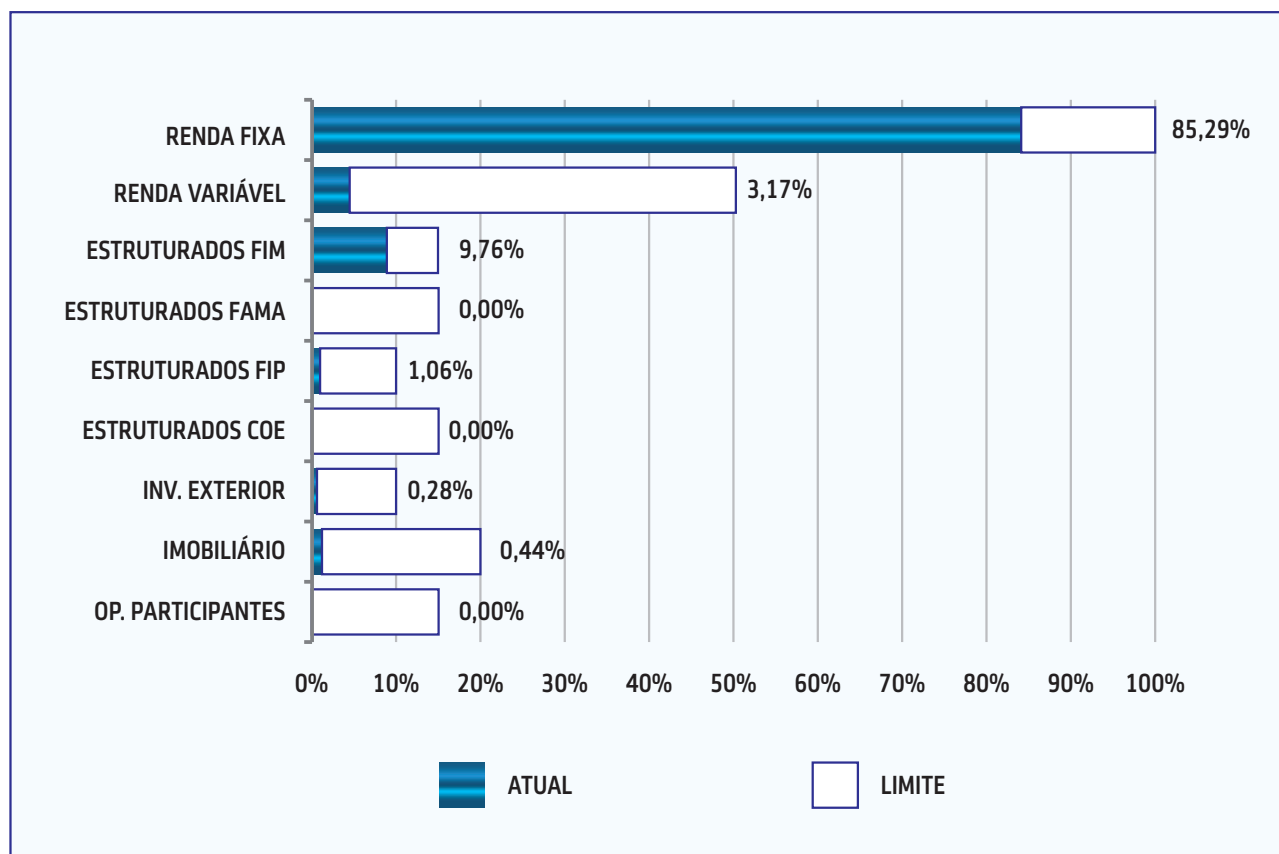
SEGMENTO DE APLICAÇÃO					LIMITES DE EXPOSIÇÃO AO SEGMENTO		
					POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024 - OABPREV-SC		RESOLUÇÃO 4.994
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	31/12/2024	%	31/12/2023	%	INFERIOR	SUPERIOR	MÁXIMO
Renda Fixa	268.834.361,24	84,45%	243.175.517,81	83,80%	50,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	10.090.741,75	3,17%	12.937.331,17	4,46%	0,0%	50,0%	70,0%
Investimentos Estruturados	34.442.216,32	10,82%	29.174.115,92	10,05%	0,0%	20,0%	20,0%
Investimentos no Exterior	891.295,80	0,28%	665.679,23	0,23%	0,0%	10,0%	10,0%
Imobiliário	1.400.607,69	0,44%	3.473.109,04	1,20%	0,0%	20,0%	20,0%
Empréstimos a Participantes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,0%	15,0%	15,0%

Carteira Total	315.659.222,80	99,16%	289.425.753,16	99,74%
Tesouraria + Conta Corrente	2.660.706,25	0,84%	755.686,95	0,26%
Patrimônio Total	318.319.929,05	100,00%	290.181.440,11	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA



LIMITES DE ALOCAÇÃO POR SEGMENTO



QUADRO 2 - Composição dos Investimentos por Aplicação

MODALIDADE DE INVESTIMENTOS	31/12/2023	%	31/12/2023	%
RENDA FIXA	240.476.424,96	75,55%	234.629.105,01	80,86%
Letras Financeiras do Tesouro	63.435.450,33	19,93%	38.420.656,87	13,24%
Notas do Tesouro Nacional - Série B	41.969.599,78	13,18%	60.053.413,91	20,70%
Operações Compromissadas (over)	19.993.338,81	6,28%	28.686.652,69	9,89%
Letras Financeiras (LF)	19.523.204,58	6,13%	59.971.477,57	20,67%
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	583.157,64	0,18%	1.036.278,58	0,36%
Depósito a P. com Garantia Esp. (DPGE)	3.399.042,72	1,07%	2.087.785,89	0,72%
Debêntures	14.783.688,79	4,64%	15.394.544,57	5,31%
Bradesco Institucional FIC RF CP	0,00	0,00%	1.596.867,04	0,55%
SOMMA Firenze FI RF CP LP	10.183.065,46	3,20%	12.537.916,08	4,32%
SOMMA Torino FI Renda Fixa CP	7.522.891,52	2,36%	4.405.835,20	1,52%
Bradesco Federal Extra FI RF Ref. DI	529.958,23	0,17%	387.731,39	0,13%
MAG CP 30 FI RF CP LP	7.119.901,44	2,24%	6.419.928,64	2,21%
JGP Corporate FIC RF CP LP	0,00	0,00%	1.817.659,43	0,63%
SPX Seahawk FIC RF CP LP	0,00	0,00%	1.812.357,15	0,62%
NOVUS Institucional FI RF LP	5.568.130,20	1,75%	0,00	0,00%
Santander Bancos FIF RF CP	2.630.145,62	0,83%	0,00	0,00%
Sparta TOP FIF RF CP LP	9.923.651,50	3,12%	0,00	0,00%
BEM TPF FI RF Simples	33.311.198,34	10,46%	0,00	0,00%
MULTIMERCADOS	46.779.122,87	14,70%	34.289.186,13	11,82%
GENOA Capital Radar VNC FIC FIM	1.828.792,54	0,57%	1.768.073,11	0,61%
IBIUNA Hedge ST FP FIC FIM	1.379.879,79	0,43%	2.009.576,90	0,69%
IBIUNA Long Short FP FIC FIM	1.551.231,76	0,49%	1.501.220,88	0,52%
Galapagos Dragon FIC FIM CP	0,00	0,00%	1.699.157,80	0,59%
Vinci Retorno Real FIM	1.142.623,55	0,36%	1.068.191,83	0,37%
KP FIC FIM CP	0,00	0,00%	522.018,99	0,18%
Mongeral Aegon Macro FIC FIM	7.510.377,41	2,36%	7.779.784,28	2,68%
Valora Horizon High Yield FIC FIM CP	0,00	0,00%	1.037.801,25	0,36%
Vista Hedge Institucional FIC FIM	0,00	0,00%	1.024.967,50	0,35%
Vinci Multiestratégia FI Multimercado	965.484,53	0,30%	889.232,93	0,31%
Vinci Valorem FI Multimercado	1.748.852,95	0,55%	1.625.654,14	0,56%
GIANT Zarathustra II FIC FIM	0,00	0,00%	1.159.483,89	0,40%
Vinci Atlas Institucional FIC FIM	1.820.190,51	0,57%	1.661.060,53	0,57%
Kinea Atlas II FI Multimercado	1.779.935,19	0,56%	1.766.405,88	0,61%
Legacy Capital FIC Mulmercado	1.558.303,81	0,49%	1.496.277,45	0,52%
Kapitalo Z Volans FIC FIM	1.826.208,92	0,57%	1.655.630,55	0,57%
SOMMA Institucional FI Multimercado	3.233.452,11	1,02%	5.624.648,21	1,94%
Absolute Vertex II FIF CIC Multimercado	3.239.402,01	1,02%	0,00	0,00%
GENOA Capital Vestas III FIF CIC Mult.	2.784.909,39	0,87%	0,00	0,00%
Kapitalo K10 II FIC Multimercado	2.451.129,83	0,77%	0,00	0,00%
MCA Institucional FIC Mult. CP	11.035.298,09	3,47%	0,00	0,00%
CAPSTONE Macro CP Multimercado	923.050,48	0,29%	0,00	0,00%

QUADRO 2 - Composição dos Investimentos por Aplicação (continuação)

FUNDOS EM PARTICIPAÇÕES	3.361.023,83	1,06%	3.003.312,43	1,03%
Lacan Florestal FIP	1.660.801,09	0,52%	1.522.843,69	0,52%
Lacan Florestal II FIP	1.700.222,74	0,53%	1.480.468,74	0,51%
FIDC	12.206.754,08	3,83%	0,00	0,00
Galapagos Sea Lion High Grade FIC FIDC	10.838.659,67	3,40%	0,00	0,00
BV Auto I FIDC SN 1	1.368.094,40	0,43%	0,00	0,00
MODALIDADE DE INVESTIMENTOS	31/12/2023	%	31/12/2022	%
RENDA VARIÁVEL	10.376.348,76	3,26%	13.488.940,56	4,65%
GTI HAIFA FI Ações	612.376,43	0,19%	851.749,41	0,29%
Navi Institucional FIC Ações	971.859,22	0,31%	1.785.445,69	0,62%
Vinci Fatorial Dinâmico FI Ações	0,00	0,00%	1.033.321,54	0,36%
Claritas Valor Feeder FIC FIA	394.353,34	0,12%	715.594,74	0,25%
Absoluto Partners Institucional V FIC Ações	0,00	0,00%	1.031.448,15	0,36%
Organon Institucional FIC FIA	580.462,67	0,18%	272.050,65	0,09%
Vista FIC Ações	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Clave V Institucional FIC Ações	0,00	0,00%	0,00	0,00%
MCVP FIC Ações	0,00	0,00%	0,00	0,00%
MAG FI Ações	2.618.682,49	0,82%	2.200.015,69	0,76%
VINCI Gas Dividendos FI Ações	0,00	0,00%	1.232.999,56	0,42%
Miles Virtus B FIC Ações	0,00	0,00%	0,00	0,00%
VINCI Mosaico Institucional FI Ações	1.262.532,96	0,40%	0,00	0,00%
SPX Apache FIC Ações	596.812,33	0,19%	0,00	0,00%
Opções	32.137,60	0,01%	-98.100,57	-0,03%
Ações	3.307.131,74	1,04%	4.464.415,70	1,54%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	898.972,56	0,28%	663.332,96	0,23%
Vinci Internacional IE FIC Multimercado	898.972,56	0,28%	663.332,96	0,23%
IMOBILIÁRIO	1.560.575,74	0,49%	3.351.876,07	1,16%
SOMMA Real Estate FIC FIM CP	1.372.185,31	0,43%	3.221.176,43	0,00%
Vinci FULWOOD FII	188.390,43	0,06%	130.699,64	0,05%
TESOURARIA	2.660.706,25	0,84%	402.118,03	0,26%
Saldo em Conta Corrente + Caixa	2.660.706,25	0,84%	402.118,03	0,26%
TOTAL	318.319.929,05	100,00%	290.181.440,11	100,00%

Os Quadros 01 e 02 relacionam o montante dos investimentos do OABPrev-SC com gestão terceirizada em 31/12/2024 em reais e percentuais relativos ao total de investimentos da entidade. O quadro 1 segrega os investimentos por segmentos, considerando os limites previstos na resolução BACEN/CMN nº 4.994, bem como em relação aos limites aprovados na Política de investimentos. O quadro 02, demonstra a carteira de investimentos do OABPrev-SC de forma aberta.

QUADRO 3 - Distribuição por Gestor Terceirizado

GESTORES	31/12/2024	%
SOMMA Investimentos	109.324.439,54	34,45%
Mongeral Aegon Investimentos	149.621.729,61	47,15%
Vinci gestão de Patrimônio	58.394.382,24	18,40%
Total dos Recursos Garantidores	317.340.551,39	100,00%

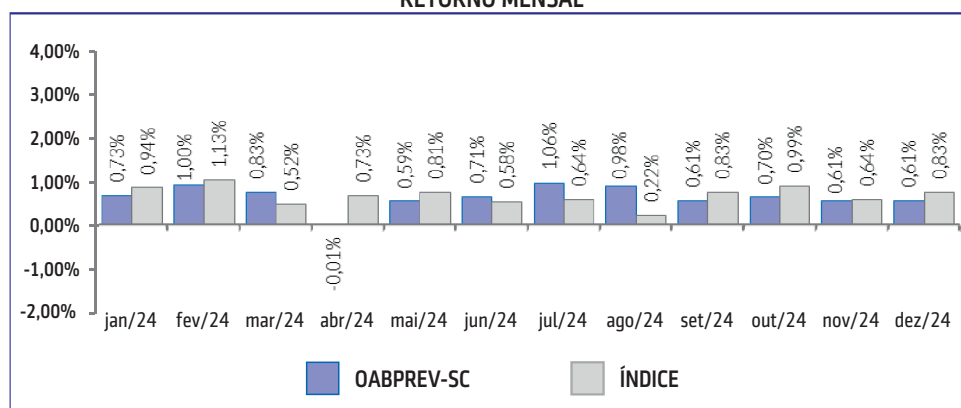
Conforme previsto pelo órgão regulador, os planos instituídos devem ter seus ativos geridos integralmente por instituição autorizada para referida atividade. A carteira do OABPrev-SC é gerida pela SOMMA Investimentos, Mongeral Aegon Investimentos e Vinci Gestão de Patrimônio.

QUADRO 4 - Comparativo de Rentabilidade

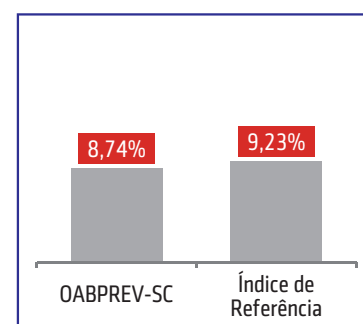
RENTABILIDADE POR SEGMENTO	OABPrev em %	BENCHMARK	Em %	Comparativo no Ano (diferença)
Renda Fixa	10,34%	CDI + 1,00% a.a.	11,98%	-1,65 p.p (excesso)
Renda Variável	-16,79%	IBRX-100	-9,71%	-7,08 p.p (excesso)
Investimentos estruturados	9,45%	INPC + 5,00% a.a.	10,01%	-0,56 p.p (excesso)
Investimentos no Exterior	106,02%	MSCI Global (BRL)	15,73%	90,29 p.p (excesso)
Investimentos Imobiliário	0,14%	INPC + 5,00% a.a.	10,01%	-9,86 p.p (excesso)
Operações com Participantes	-	INPC + 8,00% a.a.	13,15%	Não investiu em Operações com Participantes
Retorno Consolidado Obtido	8,74%	INPC + 4,24% a.a.	9,23%	94,69% do índice de referência

O índice de referência é INPC + 4,24%. Em 2024, totalizou 9,23%.

RETORNO MENSAL



RETORNO ACUMULADO DO ANO



Retrospectiva 2024

O ano de 2024 foi marcado por volatilidade e mudanças bruscas nas expectativas dos agentes de mercado. Ao longo do ano, o desempenho das principais economias foi determinado por três fatores principais: a condução da política de juros pelos bancos centrais, a reeleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos e o crescimento mais ameno em algumas regiões, especialmente na Europa e na China.

Nos Estados Unidos, a economia manteve um crescimento resiliente ao longo do ano, contrariando as expectativas iniciais de desaceleração. O mercado de trabalho permaneceu robusto, levando a taxa de desemprego ao seu menor patamar histórico, com os trabalhadores recebendo ajustes acima da inflação. Ao longo do ano, foram adicionadas 1,9 milhão de novas vagas, levando o desemprego a 4,1%.

Outro tema que foi importante para os mercados foi a eleição americana. A eleição de Donald Trump trouxe novas incertezas, especialmente em relação à política fiscal e comercial dos Estados Unidos. O discurso protecionista de Trump reacendeu preocupações sobre uma possível intensificação nas relações comerciais, o que poderia impactar mercados emergentes e a cadeia global de suprimentos.

Na Europa, o crescimento econômico permaneceu fraco ao longo do ano, o que levou o Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um ciclo de cortes de juros. A taxa de juros no velho continente encerrou em 3,1%. Apesar de a inflação convergir para a meta, a atividade não apresentou recuperação. Também foi evento no bloco econômico as eleições na França, que trouxeram instabilidade política, impactando os mercados locais e aumentando a volatilidade dos ativos europeus. As Bolsas europeias, mensurando pelo MSCI Europe, rentabilizaram 2,4% no ano, abaixo de sua média histórica.

Já na China, apesar do crescimento observado em 2024, ficou aquém dos padrões para o país. O período foi marcado por desafios estruturais e incertezas globais. A economia chinesa cresceu 5% no ano, atingindo a meta estabelecida pelo governo e superando a expectativa de analistas, que projetavam um crescimento ligeiramente menor. O estímulo do governo chinês foi o principal responsável por esse desempenho.

No Brasil, fatores externos e internos afetaram a economia, sendo um ano de grande volatilidade, influenciando no desempenho dos ativos financeiros, na trajetória da inflação, na política monetária e na confiança dos investidores. O ano começou com otimismo, impulsionado pelos cortes na taxa Selic e expectativas econômicas positivas. No entanto, ao longo do ano, a deterioração fiscal, a valorização do dólar e a reprecificação dos juros futuros impactaram negativamente os mercados. A Selic encerrou o ano em 12,25%, acima do início do ano. O Ibovespa teve um desempenho fraco, encerrando 2024 com queda de 10,36%, o pior desde 2021. O índice iniciou bem, com entrada de capital estrangeiro e atividade econômica acima do esperado, mas foi prejudicado por incertezas fiscais e falta de controle nos gastos públicos. O IFIX também caiu, com retorno de -5,89%. No câmbio, o real se desvalorizou 21,8% devido ao fortalecimento global do dólar e ao risco fiscal interno. O Fed adiou cortes de juros, reduzindo a atratividade dos mercados emergentes.

A inflação fechou o ano em 4,83%, acima do teto da meta, forçando o Banco Central a interromper os cortes na Selic e adotar postura mais rígida. A renda fixa teve bom desempenho, com o IDEX-CDI subindo 12,43% e o IDA-DI, 12,49%. Contudo, no fim do ano, o fluxo desacelerou diante da incerteza macroeconômica. A política fiscal foi um dos principais fatores de instabilidade. A flexibilização da meta e a ausência de medidas para conter gastos elevaram o risco percebido, impactando negativamente juros, inflação e mercado acionário.

Neste ambiente, a rentabilidade líquida dos participantes do OABPrev-SC foi de 8,74%, equivalente a 80% do CDI e atingindo 95% do seu índice de referência que acumulou 9,23% no ano.

QUADRO 5 - Despesas Referentes a Administração da carteira de Investimentos

CUSTOS	ANO DE 2024
Taxa de Administração	-597.756,03
Taxa de Custódia	-119.905,69
Cetip	-126.019,06
Selic	-6.702,82
Anbima	-8.190,31
Fiscalização CVM	-46.380,24
GESTÃO EXTERNA	-904.954,15

As despesas referentes a administração da carteira de investimentos, são oriundas do processo de gestão dos investimentos da entidades.

Custódia: Itaú Unibanco S.A.

Gestão: SOMMA Investimentos S.A., Mongeral Aegon Investimentos e Vinci Gestão de Patrimônio.

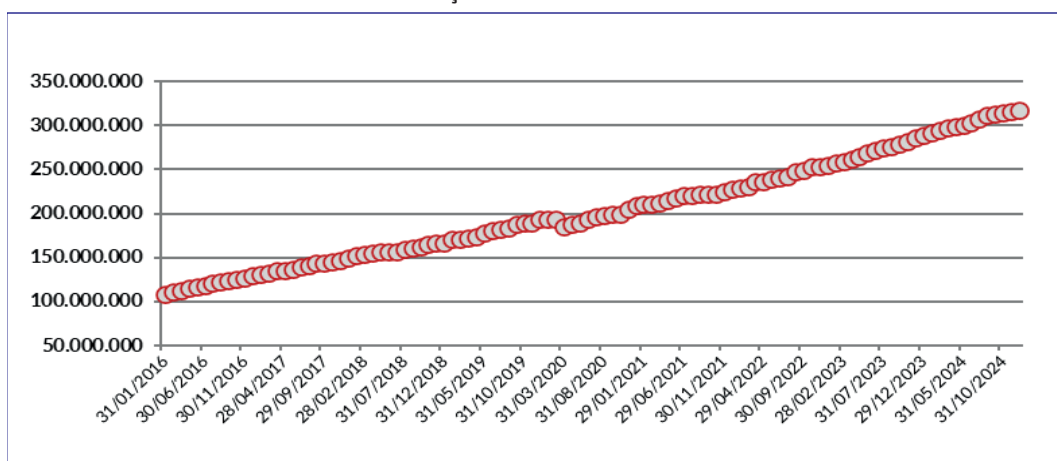
Administração: Intrag DTVM. S.A

Nos retornos informados no Quadro 04 já estão deduzidos os custos apresentados no quadro ao lado.

QUADRO 6 - Evolução Patrimonial

DESCRIÇÃO	ANO DE 2024
Saldo Inicial	290.181.440,11
Contribuições Líquidas	1.944.000,00
Rentabilidade dos Ativos	26.194.488,94
Patrimônio ao Final de 2024	318.319.929,05

Evolução Patrimonial no Ano



Administrador Tecnicamente Qualificado

Nome: YURI CARIONI ENGELKE

CPF 053.461.109-50

Diretor Administrativo e Financeiro

Telefone: (48) 3222-7440

E-mail: diretoria.financeira@oabprev-sc.org.br

APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos do PGA, administrado pelo OABPREV-SC, referente ao exercício de 2025 e com vigência até 2029, visa a:

- a) Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;
- b) Dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

No processo de planejamento desta política, a Entidade adotou o horizonte de 60 (sessenta) meses, prevendo revisões anuais, conforme preconizado pela legislação em vigor. Os limites e critérios utilizados decorrem e se fundamentam na regulamentação do setor, sobretudo na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 e na Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS

A estrutura de governança de investimentos destina-se a distribuir competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

Responsabilidades e deveres individuais comuns a todos

A pessoa, física ou jurídica, interna ou externa à EFPC, que participe do processo de gestão dos investimentos, em qualquer de suas etapas, independentemente de cargo, atribuição ou função desempenhada, mesmo que não possua qualquer poder deliberativo, atuando direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica contratada, na aplicação dos recursos dos planos, deve, para além das obrigações legais e regulamentares:

- I. Ter pleno conhecimento, cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;
- II. Possuir capacidade técnica, conhecimentos e habilidades compatíveis com as responsabilidades inerentes ao exercício profissional de cargo, emprego ou função relacionada à gestão de investimentos;
- III. Observar atentamente a segregação de funções, abstendo-se de realizar tarefas ou atividades que possam comprometer a lisura de qualquer ato, próprio ou de terceiros, devendo comunicar de imediato ao seu superior imediato ou ao órgão colegiado que seja membro;
- IV. Não tomar parte em qualquer atividade, no exercício de suas funções junto à EFPC ou fora dela, que possa resultar em comprovado conflito de interesses; e
- V. Comunicar imediatamente a identificação de qualquer situação em que possa ser identificada ação, ou omissão, que não esteja alinhada aos objetivos dos planos administrados pela EFPC, independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.
- VI. Agir, em todas as situações, de acordo com o Ato Regular de Gestão, tipificado no § 1º Art. 230 da Resolução PREVIC nº 23:

“§ 1º Considera-se ato regular de gestão, nos termos do parágrafo único do art. 22 da Resolução CGPC nº 13, de 2004, aquele praticado por pessoa física:

I - de boa-fé, com capacidade técnica e diligência, em cumprimento aos deveres fiduciários em relação à entidade de previdência complementar e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios:

II - dentro de suas atribuições e poderes, sem violação da legislação, do estatuto e do regulamento dos planos de benefícios: e

III - fundado na técnica aplicável, mediante decisão negocial informada e refletida.”

Distribuição de competências

Apresentam-se, a seguir, as principais atribuições de cada um dos órgãos de governança da Entidade, sem prejuízo de atribuições adicionais definidas em documentos internos:

Conselho Deliberativo

Aprovar a Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais.

Conselho Fiscal

Fiscalizar o cumprimento das disposições da Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais. Fiscalizar a aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa. Manifestar-se no relatório semestral de controle interno sobre a aderência da gestão à presente política. Este Relatório contempla, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, sobre a aderência das premissas e hipóteses atuariais e sobre a execução orçamentária;
- Recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
- Análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Diretoria Executiva

Propor a Política de Investimentos, bem como as suas respectivas atualizações anuais.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Providenciar todo o necessário para a implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito.

Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR)

Providenciar todo o necessário para a implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito.

Analista de Investimentos e Riscos – Aditus Consultoria

Responsabilidades

- Participar da elaboração e análise de pareceres, contratos, convênios e outros documentos relacionados com as atividades de sua área de atuação.
- Consultar, analisar e/ou acompanhar alterações da legislação pertinente, a aplicabilidade de leis, normas, regulamentos, modelos, métodos e práticas relacionadas com as atividades de sua área de atuação.
- Realizar inspeções e emitir pareceres técnicos sempre que necessário, sobre assuntos relacionados a sua área de atuação.
- Planejar, elaborar, analisar e emitir pareceres sobre planos, programas, projetos relativos à sua área de atuação.
- Zelar pela aplicação diligente dos recursos e pela manutenção dos níveis de risco dentro dos parâmetros definidos.
- Manter a documentação referente à sua atividade (pareceres e relatórios internos, atas, contratos, apresentações etc.) sob sigilo e devidamente arquivada.
- Identificar e analisar oportunidades de investimento no mercado.
- Subsidiar, quando solicitado, os demais integrantes da EFPC nas suas atividades profissionais, oferecendo suporte técnico nas deliberações a serem proferidas.

Objetivos

- Desta forma, com o intuito de caracterizar as responsabilidades dos técnicos diretamente relacionados aos investimentos relevantes.
- Possibilitar o conhecimento das modificações normativas e subsidiar a construção de alternativas de investimento, considerando as restrições existentes na regulamentação vigente.
- Participar de atividades de avaliação de prestadores de serviço, a fim de subsidiar as decisões relativas aos terceirizados.
- Executar as atividades de planejamento, controle e demais rotinas correspondentes à sua área de atuação.
- Possibilitar a realização da gestão dos investimentos em linha com os princípios e propósitos estabelecidos na legislação e na política de investimentos, perseguindo níveis de rentabilidade suficientes para o atingimento das metas, dentro dos parâmetros de risco definidos.
- Possibilitar o controle e rastreabilidade das decisões proferidas.
- Colaborar com a gestão da EFPC na identificação de oportunidades de alocação, enviando a Diretoria a proposta de realização de determinada operação.
- Auxiliar na elaboração de relatórios, estudos, análises e pareceres com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão.

Política de Alçadas

A EFPC estabelece que os investimentos permitidos por essa Política de Investimentos podem ser realizados pela Diretoria Executiva, com exceção daqueles que, individualmente ou em tranches, superarem 15% do total dos RGRT da EFPC.

Além disso, investimentos que possuam liquidez baixa, definidos a seguir, devem ser apreciados pelo Conselho Deliberativo, independente do montante investido:

- Fundos de Participação;
- Fundos fechados de forma geral;
- Fundos de crédito com prazo superior a 3 (três) anos;
- Fundos de ação ou multimercados com prazo de resgate superior a 180 (cento e oitenta) dias.

Conflitos de Interesse

O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pela EFPC independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

Público Interno

A EFPC não autoriza a realização de atividades em que os agentes envolvidos possam estar em situação de conflitos de interesses, de forma que qualquer participante do processo decisório e de assessoramento nos investimentos que incorra em evento de potencial conflito de interesses, ou em quaisquer outras decisões que puderem beneficiá-lo de modo particular, ainda que indiretamente, ou em que tiver interesse conflitante com o do plano de benefícios, não poderá se manifestar em nenhuma das fases do processo decisório ou de assessoramento, devendo proceder a imediata declaração de impedimento.

Para fins desta Política, caracterizam eventos de potenciais conflitos de interesse, especialmente, mas não se limitando, em casos de:

- I. Situações de relacionamentos próximos com pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesses em decisões ou informações confidenciais da entidade ou seus patrocinadores.
- II. Exercício de atividades incompatíveis com as atribuições do cargo ou função, ou a favor de terceiros, em detrimento aos objetivos da Entidade;
- III. Divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas obtidas em função do cargo ou das atividades exercidas;
- IV. Atuar, direta ou indiretamente, em favor de interesses próprios ou de terceiros perante órgão regulador ou fiscalizador em razão do exercício do cargo.

Público Externo – Prestadores de serviços

Qualquer pessoa física ou jurídica que venha a prestar serviços relacionados a gestão dos investimentos da Entidade, deverá exercer sua atividade no estrito interesse dos participantes e beneficiários dos planos, em total ausência de conflito de interesses.

Neste propósito, os contratos firmados com prestadores de serviços, bem como a seleção de tais prestadores, irão incorporar critérios e checagens que visem à mitigação de conflitos de interesses, sendo alvos de análises qualificadas dos setores jurídicos.

Além disso, a Entidade observará a isenção de seus prestadores de serviço, atentando-se, em especial, para os seguintes casos:

- Potenciais conflitos de interesse de alocadores, seja por alocação em produtos da própria casa, em produtos de casas associadas ou por opacidade das informações relacionadas à reversão de “rebates”;
- Potenciais conflitos de interesse de consultores, em especial no que tange à seleção de produtos, sendo inaceitável a situação em que o consultor venha a beneficiar-se com o resultado da seleção de um produto em detrimento de outro;
- Potenciais conflitos de interesse no monitoramento, em especial quando houver estímulos para que o autor do monitoramento não reporte eventuais problemas;

Potenciais conflitos de interesses de gestores, sobretudo quando da alocação em produtos estruturados e/ou distribuídos pela própria casa ou empresa associada.

ALOCÇÃO DE RECURSOS

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados nesta Política de Investimentos.

PGA

ALOCÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	0%	0,00%	50,00%
Estruturado	20%	0%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	0%	0,00%	20,00%
Operação com Participantes	15%	0%	0,00%	15,00%
Exterior	10%	0%	0,00%	10,00%

PLANO DE BENEFÍCIOS

ALOCÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	89,90%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	3,92%	0,00%	50,00%
Estruturado	20%	1,14%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	20,00%
Operação com Participantes	15%	0,50%	0,00%	15,00%
Exterior	10%	4,54%	0,00%	10,00%

Rentabilidade

A rentabilidade auferida pelo plano e por cada segmento de aplicação nos últimos 5 (cinco) exercícios, de forma acumulada e por exercício encontra-se registrada na tabela a seguir:

RENTABILIDADE PASSADA ¹ - PLANO E SEGMENTOS DE ALOCAÇÃO						
SEGMENTO	2020	2021	2022	2023	2024 ²	ACUMULADO
Plano	4,25%	3,47%	9,39%	12,01%	6,03%	35,15%
Renda Fixa	8,41%	7,81%	11,50%	12,82%	7,45%	47,99%
Renda Variável	43,59%	-15,23%	12,07%	14,83%	1,61%	56,87%
Estruturado	-1,33%	0,34%	0,34%	10,78%	4,87%	15,00%
Imobiliário	NA	15,55%	3,73%	11,41%	3,84%	34,53%
Operação com Participantes	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Exterior	20,73%	9,55%	-7,88%	8,45%	24,46%	55,31%

1. Metodologia para apuração da rentabilidade: Cotização Adaptada.

2. Rentabilidade auferida até agosto/2024.

Definição de metas e benchmarks

As metas de rentabilidade por plano e segmento de aplicação, bem como os correspondentes índices de referência (benchmarks), são estabelecidas nessa seção.

Entende-se como benchmark para determinado mandato ou segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que pode apresentar menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE	RETORNO ESPERADO ¹
Plano	INPC + 4,24% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	8,59%
Renda Fixa	CDI + 1,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	8,59%
Renda Variável	IBrX-100	INPC + 4,24% a.a.	8,59%
Estruturado	INPC + 5,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	8,59%
Imobiliário	INPC + 5,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	8,59%
Operação com Participantes	INPC + 8,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	8,59%
Exterior	MSCI Global (BRL)	INPC + 4,24% a.a.	8,59%

1. Cenário de 2025.

PARECER ATUARIAL

OBJETIVO

O presente Relatório de Avaliação Atuarial tem como finalidade principal demonstrar as provisões matemáticas apuradas em 31/12/2024 para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO-PBPA, administrado pelo OABPREV-SC. Tem ainda como objeto – com base nas informações relativas ao patrimônio de cobertura do plano informado pela Entidade e apurado contabilmente – atestar o resultado técnico-atuarial.

Como finalidade secundária, este documento apresenta também estatísticas populacionais e gerenciais que permitem aos gestores da Entidade uma análise descritiva acerca do perfil dos participantes e da evolução de seus respectivos planos de benefícios.

Complementarmente, é realizada uma análise retrospectiva da rentabilidade líquida dos recursos garantidores das provisões matemáticas – conforme histórico de cotas informado.

São ainda apresentadas as hipóteses atuariais a vigor no exercício de 2025, observada a aprovação prévia da Diretoria Executiva e deliberação do Conselho Deliberativo, em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e à Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023.

Os resultados apurados pela Avaliação Atuarial e demonstrados neste documento basearam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida considerando suas características financeiras e demográficas informadas.

DADOS CADASTRAIS E FINANCEIROS

As informações referentes aos ativos, aposentados e pensionistas para a Avaliação Atuarial, foram disponibilizadas pela Entidade por meio de arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2024 em formato “xls” e foram objetos de análise e testes de consistências.

Foram utilizadas, ainda, informações financeiras relativas ao histórico de cotas que reflete a rentabilidade líquida do plano, os dados cadastrais e financeiros utilizados nas Avaliações Atuariais anteriores, bem como o histórico de resgates e portabilidades fornecido pela Entidade, por meio do qual se pôde avaliar a evolução do plano de benefícios.

Adicionalmente, foi disponibilizado o Balancete Contábil de 31/12/2024 para extração dos valores relativos ao Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos existentes na mesma data focal. Importante destacar que os valores relativos ao Patrimônio de Cobertura do Plano e Fundos foram apurados contabilmente e informados pela Entidade à Lumens Atuarial, sendo que seus apereçamentos não foram objeto de auditoria por parte desta consultoria.

Em se tratando de Avaliação Atuarial anual, muitas das análises relacionadas à evolução dos planos de benefícios refletem a mesma periodicidade, ou seja, não consideram eventuais alterações mensais que tenham ocorrido entre o fechamento dos exercícios.

HIPÓTESES ATUARIAIS

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, em seu art. 3º, determina que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

No mesmo artigo, porém, tal resolução determina que a comprovação de adequação é exigida apenas aos planos que possuam regime mutualista / atuarial. Não obstante, apesar de não haver desde 2014 (redação da Resolução CNPC Nº 15/2014) a exigência, por parte do órgão regulador, quanto à comprovação da adequação das hipóteses aos Planos de Contribuição Definida (CD), visando a mitigação de riscos de imagem e de frustração das expectativas dos participantes, tais testes são realizados periodicamente pela Lumens Atuarial tendo como objetivo principal a adequação e sustentabilidade do plano às necessidades da população segurada.

Elaborados tais estudos, observada aprovação da Diretoria Executiva e Deliberação do Conselho Deliberativo, seguem abaixo as hipóteses que serão formalizadas nas referidas Demonstrações Atuariais e que estarão vigentes no exercício de 2025:

- a) Taxa de Juros: 4,24%a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: BR-EMSsb-v.2015-f; e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: BR-EMSsb-v.2015-f.

As considerações acerca da aderência e adequação das referidas hipóteses constam de Relatório de Aderência das Hipóteses específico disponibilizado à Entidade.

Destaca-se, porém – por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, sem regime mutualista / atuarial – que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes e Assistidos, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por aplicação de Fator de Conversão.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição definida – CD, os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Assim, não há garantia mínima de rentabilidade nas fases de capitalização e percepção de renda, sendo adotada uma taxa de juros como premissa para, juntamente a um indexador, determinar um índice de referência teórico como ferramenta para mensurar a rentabilidade dos recursos garantidores.

A taxa de juros, estimada como rentabilidade real, juntamente à tábua de sobrevivência, é utilizada também para fins de cálculos dos benefícios, conforme exposto acima.

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, observada a Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, esta Consultoria elaborou um quadro que contém as contas correspondentes às provisões e fundos do plano de benefícios em análise, apuradas por meio da base cadastral, conforme Anexo I, parte integrante do presente relatório.

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do plano de benefícios PBPA em 31/12/2022 e 31/12/2023, para fins de comparação, e em 31/12/2024, data base da presente Avaliação Atuarial:

Tabela 1 - Síntese - Provisões Matemáticas e Fundos

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Patrimônio Social	R\$ 255.294.280,43	R\$ 289.768.935,06	R\$ 317.933.252,70
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 252.059.042,94	R\$ 286.094.294,51	R\$ 314.004.056,70
Provisões Matemáticas	R\$ 252.059.042,94	R\$ 286.094.294,51	R\$ 314.004.056,70
Benefícios Concedidos	R\$ 22.655.044,57	R\$ 23.943.918,37	R\$ 26.427.252,47
Contribuição Definida	R\$ 22.655.044,57	R\$ 23.943.918,37	R\$ 26.427.252,47
Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 22.655.044,57	R\$ 23.943.918,37	R\$ 26.427.252,47
Benefícios a Conceder	R\$ 229.403.998,37	R\$ 262.150.376,14	R\$ 287.576.804,23
Contribuição Definida	R\$ 229.403.998,37	R\$ 262.150.376,14	R\$ 287.576.804,23
Saldo – Empregadores / Instituidores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo – Participantes	R\$ 224.814.645,46	R\$ 257.324.695,50	R\$ 282.097.335,37
Saldo – Portabilidade de EFPC	R\$ 1.862.918,26	R\$ 2.398.201,11	R\$ 2.883.490,49
Saldo – Portabilidade de EAPC	R\$ 2.726.434,65	R\$ 2.427.479,53	R\$ 2.595.978,37
Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fundos	R\$ 3.235.237,49	R\$ 3.674.640,55	R\$ 3.929.196,00
Fundos Previdenciais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fundos Administrativos	R\$ 3.235.237,49	R\$ 3.674.640,55	R\$ 3.929.196,00
Fundos dos Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

*Considera também os participantes cancelados aguardando resgate.

4.2. RESULTADO TÉCNICO

Conforme demonstrado, o plano de benefícios PBPA, administrado pelo OABPREV-SC, apresentou em 31/12/2024 o resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Importante, porém, ressaltar, que os valores relativos ao Patrimônio de Cobertura do Plano foram apurados contabilmente e informados pela Entidade à Lumens Atuarial, sendo que seus aprepagamentos não foram objeto de auditoria por parte desta consultoria.

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste Relatório foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pelo OABPREV-SC referente à data base 31/12/2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atestamos, que as informações constantes deste Relatório foram avaliadas e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis fornecidas, referente ao exercício de 2024.

Reitera-se que os valores relativos ao Patrimônio de Cobertura do Plano foram apurados contabilmente e informados pela Entidade à Lumens Atuarial, sendo que seus aporeamentos não foram objeto de auditoria por parte desta consultoria.

Assim, considerando o exposto no presente relatório, e com base em dados e informações disponibilizados pela Entidade, se conclui que o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO-PBPA encontra-se em equilíbrio técnico.

Este é o parecer.

Florianópolis, 7 de março de 2025.



Rafael Porto de Almeida
Atuário MIBA nº 1.738



Lucas Azevedo Fonseca
Atuário MIBA nº 2.461



Karen Tressino
Atuária MIBA nº 1.123

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo do OABPrev Santa Catarina, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido DMAL por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidada: o Parecer Atuarial: e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrac es Contábeis, todos relativos ao exercício de 2024 e acatar o Parecer do Conselho Fiscal, deliberaram pela aprova o.

Florianópolis, 25 de março de 2025.

Presidente: Eni Terezinha Aragão Duarte, CPF: 179.824.309-10

ENITARAGAO@GMAIL.COM

Assinado



D4Sign

deniseperescosta@terra.com.br

Titular: Denise da Silveira Peres de Aquino Costa, CPF: 530.028.739-34

marionesadv@outlook.com

Assinado



4Sign

Denise Costa

Titular: Marion Elisabete da Silva, CPF 200.294.110-68

Assinado



D4Sign

santana@stn.adv.br

Titular: Jefferson Mário Santana, CPF 007.509.209-39

Assinado



D4Sign

DANIELLEMASNIK@GMAIL.COM

Jefferson Mário Santana

Suplente: Danielle Masnik, CPF: 021.193.879-31

Assinado



D4Sign

DANIELLE MASNIK

GLOSSÁRIO

Balanco Patrimonial: o Balanco Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanco Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos; e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Conselho Deliberativo: Órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

Conselho Fiscal: Órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanco Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta, de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos que impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplicação.

Diretoria Executiva: Órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: As Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos: A Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente: O Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

Relatório Anual de Informações: Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do Plano de Benefícios no ano.



(48) 3222-7440



contato@oabprev-sc.org.br



oabprev-sc.org.br



**Avenida Hercílio Luz, 639 Sala 211 - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88020-000**